



2ª REUNIÃO REDE CONECTA SUSTENTABILIDADE

1. Identificação da Reunião

Data	Horário	Local	Coordenadora da reunião
05/09/2025	09h15	Sala de Cidadania Digital	Adriana Rangel Pereira

2. Objetivos da Reunião

- 2.1 Explanar sobre as ações em sustentabilidade desenvolvidas no trimestre posterior à 1ª Reunião da Rede Conecta Sustentabilidade realizada em maio de 2025 no Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região;
- 2.2 Informar sobre as ações elencadas como prioritárias na reunião anterior;
- 2.3 Divulgar a I Semana Nacional de Sustentabilidade, que será realizada em outubro de 2025 e instigar a participação de novas instituições na Rede Conecta Sustentabilidade.

3. Participantes

Nome	Lotação	Cargo
Viviane dos Santos Sousa	TJ-PB	Núcleo de Gestão Socioambiental
Sílvia Viegas Gabinio	TJ-PB	Núcleo de Gestão Socioambiental
Maria Hilarina Aires Nunes	TRE-PB	Núcleo de Sustentabilidade - NSUS
Patrícia Lemos	TRE-PB	Governança e Gestão Estratégica
Jackson Bertamoni de Lima	TRT-PB	Chefe do Núcleo de Gestão Socioambiental
Rosa Aparecida Caraça	TRT-PB	Núcleo de Gestão Socioambiental
Raíssa Carneiro de Brito	UFPB	Vice-Diretora da Biblioteca Central
André Agra Gomes de Lira	ECIDADANIA - TCE/PB	Auditor de Controle Externo
Adriana Rangel Pereira	DIDAR – TCE/PB	Bibliotecária
Marcela Magna Duarte	CCAI - TCE/PB	Agente de Documentação
Miguel de Oliveira Silva	ECIDADANIA - TCE/PB	Estagiário
Rosinaldo José da Silva	ASSEG - TCE/PB	Assessor Bombeiro Militar
Lucicleide Higino da Silva	SEBIB - TCE/PB	Agente de Documentação
Rafael Lima Massoni	ASCOM - TCE/PB	Agente de Documentação
Camila Pereira de Lima	DIDAR – TCE/PB	Estagiária

4. Discussão da Pauta

Assuntos tratados na reunião

A reunião iniciou com o sorteio de alguns brindes, realizado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental do TRT-PB. Logo após, a convite de Adriana, Jackson deu as boas vindas e informou que a importância destas reuniões é não perder a agregação, que não temos muito poder de decisão em nome das instituições, por nossos diretores e presidentes, mas temos condições de fazer propostas para as dificuldades em comum, podendo discutir resoluções em conjunto para estes desafios e trocar experiências. Como exemplo citou o TRE da Paraíba, que precisou de uma assistência para o inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), e o TRT-13, com sua expertise, e por ser parceiro na Rede Conecta, pôde ajudar. Então frisou a importância de manter a realização de três a quatro reuniões anuais, para manter ativo o objetivo da Rede: mesmo que não tenhamos o poder de decisão e não garantirmos a realização, conseguimos construir ideias e proposições voltadas à temática da sustentabilidade. Adriana complementa que, inclusive, o trabalho em Rede está previsto no ODS 17 – Parcerias em prol das metas. Jackson diz que outras Instituições, até de outros Estados, ficam interessadas nesse tipo de espaço de colaboração, pois também têm dificuldades e observam isso como uma boa prática. Jackson justifica a ausência de Max: considerando que o TRT está completando 40 anos e que são muitos eventos, o Secretário de Governança e Gestão Estratégica do TRT-13 teve de participar de um outro compromisso. André Agra fala sobre a publicação da avaliação dos ODS dos 223 municípios do Estado da Paraíba, ao que Jackson aproveitou para propor um desafio que pode se encaixar no ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, também no ODS 06 - Água Potável e Saneamento: para cada município, ser implantado pelo menos um sistema para coleta e uso da água de chuva, de baixo custo, simples e muito importante principalmente onde chove pouco. André Agra informa que em alguns municípios já está sendo feito: em São Bento todas as escolas possuem captação de água fluvial, além de Várzea, Pocinhos e Catolé do Rocha. André fala sobre a questão da arborização nos municípios e é levantada a problemática da especulação imobiliária no município de João Pessoa. Foi comentado também sobre certificação LEED – Selo de Construção Sustentável, tendo sido questionado que por vezes uma edificação sustentável não apresenta práticas de consumo sustentáveis. Adriana Rangel informa que na última reunião levou a ideia de **inserção das Unidades de Informação (arquivos, bibliotecas e centros de memória) junto a Rede Conecta Sustentabilidade**. Sendo assim, entrou em contato no mês de junho e teve o retorno de três colegas dos arquivos – Genildo do TJPB, Gabriela do TRT-13 e Daniel da UFPB, mas, sem retorno das bibliotecas. Em julho foi realizado pelo TCE-PB o levantamento do que possui no acervo da sua Biblioteca sobre os 17 ODS da Agenda 2030, sendo referenciados inicialmente 365 itens físicos e acrescidos a estes materiais também identificados na Biblioteca Digital da Editora Fórum, gerando uma lista compilada de referências para ser divulgada na página da Rede Conecta Sustentabilidade. Adriana também informou que conseguiu a adesão da Bibliotecária Raíssa Carneiro, Vice-Diretora da Biblioteca Central da UFPB, para colaborar com a proposta. Um segundo ponto a ser tratado refere-se à questão do descarte de documentos, tivemos a publicação de quatro editais de documentos de 2024 para cá (tem mais dois editais sendo elaborados), que totalizou a reciclagem de mais de sete toneladas de papel. Ela gostaria de ver junto ao Comitê de Sustentabilidade de que forma isso pode contar como mitigação da geração dos efeitos de GEE, pois: a reciclagem reduz a emissão relacionada ao transporte de madeira; há cerca de 30% de redução da água utilizada na produção do papel e mais de 70% de redução da energia; é reduzida a quantidade de detritos enviados ao aterro sanitário e a emissão do gás metano, o que consequentemente ocasiona a redução da quantidade de poluentes no ar e na água resultantes dos produtos químicos utilizados na fabricação do papel; e gera benefícios sociais de renda para as cooperativas e catadores. André Agra destaca também o fato de que anteriormente toda a documentação gerada pelos municípios para defesa e prestação de contas tinha que ser custodiada por esses entes e enviada para o TCE, mas agora tudo é encaminhado de forma digital, o que está diminuindo o impacto do uso do papel nos municípios. Isso reflete também na diminuição do desmatamento, evitando o corte de árvores, estimando-se uma economia de cerca de 120 árvores para a quantidade de papel que foi reciclado. O terceiro ponto tratado por Adriana é que estão tentando a atualização da Portaria do Comitê de Sustentabilidade do TCE-PB, por isso estiveram na reunião os colegas Coronel Rosinaldo – Assessor Bombeiro Militar, Rafael da ASCOM, Lucicleide da Biblioteca, Marcela, Miguel e André. Citou também outras pessoas que não puderam estar presentes (Humberto Gurgel – Assessor da DIREG, Ana Karolina do DERH, Josivaldo do DEGAD). Relata que estão dependendo desta portaria tanto para balizar as ações junto a Rede Conecta, como para acompanhamento e atualização do Projeto de Logística Sustentável – PLS. Falou que tem também uma outra Rede que o TCE faz parte: a Rede Legislativo Sustentável (RLS). Adriana recorda que um dos temas (Tema 8) do PLS do TCE é a sensibilização, capacitação e comunicação interna, no seu item 7 – Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade, e na data da reunião (05 de setembro) se comemora o Dia da Amazônia. Passou-se, então, para a apresentação do **Inventário de Emissões de GEE do TCE/PB, com Miguel e Marcela, 2023 e 2024**. No início foi falado da dificuldade em buscar os dados, ao que Jackson complementou dizendo que esta dificuldade é comum. Miguel apresenta os dados de 2023 e informa que o escopo 1 foi o mais impactante nas emissões. Apresenta as categorias de cada escopo referentes aos anos de 2023 e 2024. E em 2024, o escopo 1 continuou sendo o mais significativo nas emissões. Faz um comparativo entre os dados de 2023 e 2024: em 2023 foram emitidas 759 toneladas de GEE, e em 2024 a emissão se reduziu para 497 toneladas; houve, portanto, uma redução geral de 34% nas emissões de um ano para o outro; a redução se deve apenas ao escopo 1, pois houve aumento nas emissões dos escopos 2 e 3. Após a apresentação dos dados, Marcela falou um pouco sobre os problemas, soluções e desafios da elaboração do inventário. Um dos principais problemas enfrentados foi a precisão dos dados, principalmente referentes ao escopo 1, sobretudo pela falta de medição precisa na recarga dos extintores que é realizada por empresas terceirizadas e na reposição de gases de refrigeração e equivalentes de aparelhos de ar-condicionado. Uma solução foi um ajuste no contrato com a empresa de manutenção, para maior controle da quantificação desses gases e substituição de equipamentos antigos por novos. E como desafios para o período 2025-2026 foi destacado que é primordial aprimorar a contabilização dos dados e o avanço no cálculo

das emissões do escopo 3, acrescentando o deslocamento casa/trabalho, e fazer a gestão das emissões e definir estratégias para a redução das emissões, a partir da atualização do Comitê de Sustentabilidade. Marcela, por fim, aproveita para agradecer o apoio de Jackson. A seguir, deu-se continuidade à pauta, para colaboração das outras instituições presentes:

Abastecimento da frota de veículos com etanol - Hilarina informa que no TRE o abastecimento passou a ser com etanol para veículos leves, que são a maioria (desde 2023), e as caminhonetes permanecem diesel, não foi por normatização e sim por iniciativa do chefe da unidade de transporte, que já tinha o respaldo da gestão. Viviane do TJ-PB informa que estão tentando que o abastecimento seja só com etanol, mas enfrentam resistência, e pretendem estabelecer normativo, para não depender das mudanças que podem ocorrer de troca de pessoal; estão locando carros elétricos, mas fica difícil a questão do abastecimento desses veículos por falta dos pontos, que ainda são poucos; vão tentar adquirir pelo menos dois carros híbridos, mas que é um desafio também, não é fácil. São 93 carros na frota do TJ – priorizar o abastecimento com etanol, carro híbrido e carro elétrico para tentar trabalhar a questão da descarbonização. No TRE são 30 carros na frota. No TCE são 24, mas são todas caminhonetes (diesel), só nos veículos dos magistrados, que são 07, daria para tentar aplicar a alteração, ou com a renovação da frota. Jackson sugere que como argumento para convencer quem toma a decisão, pode-se apresentar a própria ferramenta de cálculo GHG, simulando a emissão de GEE quando se escolhe gasolina como combustível, fazendo a mesma simulação com etanol, com a ressalva de que para etanol a quantidade deve ser cerca de 30% maior que a de gasolina. Será possível verificar que o diferencial de emissão entre um e outro tipo de combustível é brutal, mais de 90%. No caso do etanol a emissão é biogênica. Jackson lembrou que os tribunais do Poder Judiciário, até fevereiro de 2026, são obrigados a implementar ações de compensação, além de investir em redução. Rosa informa que o TRT publicou um ato normativo para abastecimento de sua frota exclusivamente com etanol, e irá compartilhar com o grupo para que sirva de modelo, caso as instituições queiram implementar. As representantes do TJ-PB pontuaram que, com a volta total de atividades presenciais, o tribunal vem questionando a necessidade do deslocamento, se seria possível resolver remotamente e, caso seja realmente necessário, vem verificando a possibilidade de realizar rotas compartilhadas, evitando os deslocamentos individuais.

Plantio de árvores - O Tribunal de Justiça está fechando um termo nas mesmas condições do que foi feito pelo TRT-PB, após a indicação do contato da Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM) por Jackson. No TRT, há uma meta de se fazer o plantio de 4.000 mudas de árvores, em comemoração aos 40 anos do tribunal, e estão em vias de atingi-la. O número escolhido se refere a 1.000 árvores para cada década do TRT. Lucicleide abre um parêntese para falar das ações dela sobre animais domésticos (cuidados e preservação), pois muitos são abandonados e passam a ser responsabilidade dos órgãos públicos. Como não se trata de um problema em comum das instituições presentes, apenas do TCE-PB e da UFPB, fica para discussão interna.

Captação de água da chuva - Jackson inicia falando sobre a meta de ampliação para implantar mais três pontos de captação em unidades do TRT-13, mas, por problemas de orçamento, não será possível em 2025. Apresentou alguns dados do Painel da Sustentabilidade do TRT relacionados ao perfil de consumo de água: o Fórum de Santa Rita começou a captar água de chuva, para uso em vasos sanitários em março – tendência a estabilizar em 10m³, reduzindo em mais da metade o consumo de água (antes da captação e uso da água da chuva, girava em torno de 28m³ a 30m³); Catolé do Rocha tinha em 2024 o consumo entre 9m³ e 10m³, quando foi sugerida a implantação do sistema de captação. O consumo foi reduzido para entre 2m³ e 4m³ de água. Houve questionamentos sobre ter pouca quantidade de chuva em Catolé, mas foi feito um estudo mostrando que há uma quantidade significativa de precipitação, mas em poucos meses do ano (fevereiro e março). Jackson citou que em Catolé, até o dia da reunião, o TRT não havia acionado o sistema de água fornecido pela concessionária de abastecimento hídrico. O reservatório em Catolé tem capacidade para guardar até 10 mil litros de água, se fizer a ampliação, a água coletada da chuva pode ser usada o ano inteiro. Jackson destacou que não se trata apenas de uma questão financeira, é preciso pensar na dificuldade de fornecer água potável em alguns locais como no interior da Paraíba; realizando a coleta de água da chuva estamos colaborando para a parte social do ESG, deixamos de consumir, fazendo com que sobre mais água para a sociedade. Em uma das unidades do TRT em João Pessoa, o consumo de água reduziu de 18-19m³ para 10m³. Por fim, Jackson aproveitou a oportunidade para mostrar o carbômetro, ferramenta utilizada pelo TRT-13 para registro mensal das emissões de GEE que pode ser compartilhada às demais instituições da Rede, se houver interesse. A partir da fala de Jackson, André Agra sugere convidar e envolver o Corpo de Bombeiros neste tema, pois pode auxiliar com o conhecimento que possui na área hidráulica. Jackson concorda e complementa que faz parte da pauta o convite para novas instituições ingressarem na Rede.

Capacitação realizada no TRE - Hilarina fala sobre a ação realizada por Jackson para auxílio na **elaboração do inventário de emissões de GEE do Tribunal Eleitoral da Paraíba**. Foram propostos dois momentos, o primeiro com o pessoal mais técnico e também com a cúpula dos gestores do TRE-PB, a Comissão Gestora do PLS, o primeiro inventário o de 2023, foi feito com o auxílio de uma estagiária em Educação Ambiental, o TRE ia contratar uma empresa para preparar o inventário, mas com a capacitação, viram que não é necessário. E estamos dando andamento ao segundo inventário, para cumprir o prazo dado pelo CNJ, até 30 de setembro. Jackson diz que a assessoria continua para qualquer dificuldade que surja. Já na parte de informes da reunião, Adriana relatou que a **JF-PB encaminhou a justificativa da ausência do representante** por motivos de saúde e pediu o encaminhamento da ata.

Divulgação da I Semana Nacional de Sustentabilidade – Jackson do TRT informa que o CNJ propôs que os Tribunais do Poder Judiciário realizem semanas nacionais de promoção da sustentabilidade, com organização regional. A I Semana será aqui no Nordeste nos dias 16 e 17 de outubro, no Fórum Maximiano Figueiredo, tendo sido feito o convite para a participação de todos os presentes na reunião. Sobre a programação, Jackson ressaltou que terá uma palestra com uma professora do Ceará, e também painéis na temática ESG distribuídos pelos ramos do Poder Judiciário: Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral. Haverá também oportunidade para outras instituições se apresentarem na audiência pública que

se dará no primeiro dia do evento. Rosa frisa que é uma oportunidade de a Rede Conecta se encontrar e agradece a participação dos outros Tribunais da Paraíba na organização do evento. Adriana Rangel informa que a senhora Raíssa Carneiro, Vice-Diretora da Biblioteca Central da UFPB, está presente na reunião. Rosa a convida a falar e se apresentar, e agradece a iniciativa de Adriana de convidá-la de forma a retomar a participação da UFPB nas reuniões da Rede. Raíssa informa que assumiu recentemente (há pouco mais de um mês) a gestão da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da UFPB, e que é um grande desafio e uma grande oportunidade poder implantar ações como as que foram vistas na reunião. Participar da Rede proporciona uma chuva de ideias, que podem ser disseminadas não só pela BC, mas por todo o Sistema de Bibliotecas. Raíssa parabenizou pela iniciativa, e falou que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é um tema pelo qual possui interesse, que em sua tese em Gestão da Informação e do Conhecimento tem um capítulo que faz o link do papel social das bibliotecas com os ODS, que viu na reunião uma oportunidade de poder aprender mais, e que está à disposição para poder contribuir com alguma parcela de ideias também. Nos **encaminhamentos** para a próxima reunião, as representantes do TJ-PB, Viviane e Sílvia, ficaram de sediar o próximo encontro, previsto para se realizar no mês de novembro. **Pendências:** Definir como farão os convites para outras instituições aderirem ao Termo de Cooperação. Sugestões: IFPB, Bombeiros Militar, Cagepa, Sicredi, podendo haver a opção de trazer depoimentos para as reuniões, mesmo sem aderir ao Termo, como convidados assistentes. Raíssa informa que na UFPB tem o Comitê de Gestão Ambiental, e que pode passar o contato da responsável.

5. Fechamento da Ata

Data da ata	Assinaturas dos membros presentes
João Pessoa, 05 de setembro de 2025	

